

PAULO AFFONSO LEME MACHADO

***DIREITO À INFORMAÇÃO
E MEIO AMBIENTE***



2ª edição
revista, ampliada e atualizada

**MALHEIROS
EDITORES**

DIREITO À INFORMAÇÃO E MEIO AMBIENTE

© PAULO AFFONSO LEME MACHADO

1ª edição, 2006.

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.*

Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171

CEP 04531-940 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3078-7205 – Fax: (0xx11) 3168-5495

URL: www.malheiroseditores.com.br

e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição

Acqua Estúdio Gráfico Ltda.

Capa

Criação: Vânia Lúcia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

01.2018

1117792

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149d Machado, Paulo Affonso Leme.

Direito à informação e meio ambiente / Paulo Affonso
Leme Machado. – 2. ed., rev., ampl. e atual. – São Paulo :
Malheiros, 2018.
296 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN 978-85-392-0395-6

1. Direito à informação – Meio ambiente. 2. Direito cons-
titucional. 3. Meio ambiente – Legislação. 4. Direito ambiental.
I. Título.

CDU 343.504
CDD 342

Índice para catálogo sistemático:

I. Direito à informação : Meio ambiente 342.504

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araújo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

<i>Apreciação do Livro pelo Professor Alexandre Kiss</i>	5
<i>Compte Rendu sur le Livre Droit à l'Information et l'Environnement – A.-C. KISS</i>	7
<i>Introdução</i>	21

<h3>Capítulo 1 – A Informação</h3>

1.1 Dos vários conceitos de “informação”

<i>1.1.1 Informação: o registro do que existe</i>	25
<i>1.1.2 “Informar” como transmissão de conhecimento</i>	26
<i>1.1.3 A informação como criadora de conhecimentos</i>	27
<i>1.1.4 Informação e curiosidade</i>	28
<i>1.1.5 Informação e espionagem</i>	28
<i>1.1.6 Informação e devassa</i>	28
<i>1.1.7 Informação e comunicação</i>	29
<i>1.1.8 Informação e manipulação da informação</i>	30
<i>1.1.9 Informação e liberdade de expressão e de opinião</i>	31
<i>1.1.10 Informação e relações humanas</i>	32
<i>1.1.11 Informação e tecnologia da informação</i>	33
<i>1.1.12 Informação e participação</i>	34

1.2 Informação nas convenções internacionais**1.2.1 Pioneirismo de duas Constituições nacionais**

1.2.1.1 The Bill of Rights of 1779, dos Estados Unidos da América do Norte	35
--	----

1.2.1.2 La Déclaration de Droits de l'Homme de 1789, da França	36
--	----

1.2.2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos	36
---	----

1.2.3 O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	37
--	----

1.2.4 Direito à informação na Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais	38
---	----

1.2.5 Direito à informação na Convenção Americana de Direitos Humanos	39
---	----

1.3 Democracia e liberdade de acesso à informação**1.3.1 Conceito de “democracia”**

1.3.1.1 Democracia, segundo Aristóteles	41
---	----

1.3.1.2 Democracia, segundo Alexis de Tocqueville	43
---	----

1.3.2 Democracia e informação

1.3.2.1 Democracia e informação, segundo Jürgen Habermas	45
--	----

1.3.2.2 Democracia e informação, segundo Amartya Sen ..	46
---	----

1.3.2.3 Democracia e informação, segundo John Rawls ...	47
---	----

1.3.2.4 Democracia e mídia, segundo John B. Thompson	48
--	----

1.4 Liberdade de acesso à informação e democracia: por um Estado da Informação Democrática de Direito	49
---	----

Capítulo 2 – Direito à Informação	53
---	----

2.1 Características do direito à informação nas Constituições Americanas

2.1.1 Veracidade e informação	53
-------------------------------------	----

2.1.2 Tempestividade e informação	54
---	----

2.2 Direito à informação na Constituição Federal Brasileira	
2.2.1 A informação na Constituição Federal	
2.2.1.1 Art. 5º, XIV, da CF: acesso de todos à informação e o uso profissional da informação	55
2.2.1.2 Art. 5º, XXXIII, da CF: direito de receber informações	58
2.3 Direito à informação na Lei 12.527, de 18.11.2011	59
2.4 Direito à informação e espaços público e privado	61
2.5 A publicidade e a transparência da Administração	
2.5.1 A publicidade	64
2.5.2 O sigilo e a publicidade: possível coexistência na sociedade democrática	67
2.5.3 A transparência administrativa	67
<hr/>	
Capítulo 3 – Direito à Informação e Meio Ambiente	
3.1 Conceito de “meio ambiente”	71
3.1.1 Conceito de “meio ambiente” no Brasil	72
3.1.2 Conceito de “meio ambiente” na Espanha	73
3.1.3 Conceito de “meio ambiente” nos Estados Unidos da América	74
3.1.4 Conceito de “meio ambiente” na França	74
3.1.5 Conceito de “meio ambiente” na Itália	76
3.1.6 Conceito de “meio ambiente” na Comunidade Europeia	
3.1.6.1 Introdução	78
3.1.6.2 Diretiva 2003/4 da Comunidade Europeia	79
3.1.7 Conceito de “meio ambiente” no MERCOSUL	80
3.1.8 Conceito de “meio ambiente” na Convenção de Aarhus de 1998	82
3.2 Constitucionalização do meio ambiente	
3.2.1 Constitucionalização do direito ao meio ambiente sadio e equilibrado	83

3.2.2	<i>Constitucionalização do direito à informação sobre meio ambiente</i>	92
3.3	<i>Características da informação ambiental</i>	95
3.3.1	<i>Tecnicidade da informação ambiental</i>	95
3.3.2	<i>Compreensibilidade da informação ambiental</i>	96
3.3.3	<i>Tempestividade da informação ambiental</i>	96
3.3.4	<i>Imprescindibilidade da informação ambiental em situação de emergência</i>	97
3.3.5	<i>A prestação da informação independe de interesse pessoal do informado</i>	98
3.4	<i>Administração Pública e direito à informação ambiental</i>	
3.4.1	<i>Da estruturação histórica da Administração Pública e a informação</i>	99
3.4.2	<i>Da informação disponível à informação procurada e organizada</i>	
3.4.2.1	<i>Da informação disponível e o caso “Anna Guerra contra a Itália”</i>	101
3.4.2.2	<i>Da informação coletada e organizada e Administração Pública Ambiental</i>	104
3.4.3	<i>As associações ambientais e a informação</i>	105
3.4.4	<i>A Administração Pública não é o único canal para a obtenção da informação ambiental</i>	108

Capítulo 4 – Direito Internacional Ambiental e Informação ...	113
--	------------

4.1	<i>Convenção Relativa à Conservação da Fauna e da Flora no Estado Natural (Londres, 8.11.1933)</i>	114
4.2	<i>Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Panorâmicas Naturais dos Países da América (Washington, 12.10.1940)</i>	114
4.3	<i>Convenção Internacional para a Regulamentação da Caça à Baleia (Washington, 2.12.1946)</i>	114

4.4	<i>Convenção Relativa à Criação da Comissão Interamericana do “Thon” Tropical (Washington, 31.5.1949)</i>	116
4.5	<i>Acordo criando o Conselho Geral das Pescas no Mediterrâneo (Roma, 24.9.1949)</i>	116
4.6	<i>Convenção para o Estabelecimento da Organização Europeia e Mediterrânea para a Proteção das Plantas (Paris, 27.4.1955)</i>	117
4.7	<i>Convenção Internacional para a Proteção de Vegetais (Roma, 6.12.1951)</i>	117
4.8	<i>Convenção Internacional Concernente às Pescarias Realizadas em Alto-Mar no Oceano Pacífico Norte (Tóquio, 9.5.1952)</i>	118
4.9	<i>Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição das Águas do Mar pelos Hidrocarbonetos (Londres, 12.5.1954)</i>	118
4.10	<i>Convenção Fitossanitária para a África ao Sul do Saara (Londres, 29.7.1954)</i>	119
4.11	<i>Convenção sobre as Pescarias no Atlântico Nordeste (Londres, 24.1.1959)</i>	119
4.12	<i>Tratado sobre a Antártica (Washington, 1.12.1959)</i>	120
4.13	<i>Convenção Concernente à Proteção dos Trabalhadores Contra as Radiações Ionizantes (Genebra, 22.6.1960)</i>	122
4.14	<i>Acordo Relativo à Comissão do Rio Niger e à Navegação e aos Transportes no Rio Niger (Niamey, 25.11.1964)</i>	122
4.15	<i>Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, Especialmente como “Habitat” de Aves Aquáticas (Ramsar, 2.2.1971)</i>	123
4.16	<i>Convenção Concernente à Proteção Contra os Riscos de Intoxicação Devida ao Benzeno (Genebra, 23.6.1971)</i>	123

4.17	<i>Convenção sobre as Medidas a Serem Adotadas para Proibir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais (Paris, 14.11.1970) ...</i>	124
4.18	<i>Convenção Concernente à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Paris, 23.11.1972)</i>	125
4.19	<i>Protocolo Relativo à Cooperação em Matéria de Luta Contra a Poluição do Mar Mediterrâneo pelos Hidrocarbonetos e outras Substâncias em Casos de Situação Crítica (Barcelona, 16.2.1976)</i>	126
4.20	<i>Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Selvagens da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção (Washington, 3.3.1973)</i>	127
4.21	<i>Convenção Nórdica sobre a Proteção do Meio Ambiente (Estocolmo, 19.2.1974)</i>	129
4.22	<i>Convenção para a Proteção do Mar Mediterrâneo contra a Poluição (Barcelona, 16.2.1976)</i>	131
4.23	<i>Convenção sobre a Interdição da Utilização de Técnicas de Modificação do Meio Ambiente para Fins Militares ou quaisquer outros Fins Hostis (Genebra, 18.5.1977) ...</i>	132
4.24	<i>Convenção Concernente à Proteção dos Trabalhadores Contra os Riscos Profissionais Devidos à Poluição do Ar, do Ruído e das Vibrações nos Locais de Trabalho (Genebra, 20.6.1977)</i>	132
4.25	<i>Tratado de Cooperação Amazônica (Brasília, 3.7.1978)</i>	133
4.26	<i>Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância (Genebra, 13.12.1979)</i>	135
4.27	<i>Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Montego Bay, 10.12.1982)</i>	136
4.28	<i>Convenção sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear (Viena, 26.9.1986)</i>	137
4.29	<i>Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (Basileia, 22.3.1989)</i>	141

4.30	<i>Convenção sobre Avaliação de Impacto Ambiental no Contexto Transfronteiriço (Espoo, 25.2.1991)</i>	143
4.31	<i>Convenção sobre a Proteção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais (Helsinki, 17.3.1992)</i>	144
4.32	<i>Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Nova York, 9.5.1992)</i>	146
4.33	<i>Convenção da Diversidade Biológica (Rio de Janeiro, 5.6.1992)</i>	148
4.34	<i>Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 14.6.1992)</i>	151
4.35	<i>Convenção Concernente à Cooperação para a Proteção e Utilização Sustentada do Danúbio (Sofia, 29.6.1994)</i>	152
4.36	<i>Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África (Paris, 15.10.1994)</i>	153
4.37	<i>Convenção Interamericana para a Proteção e a Conservação das Tartarugas Marinhas (Caracas, 1.12.1996)</i>	154
4.38	<i>Convenção sobre o Direito dos Usos dos Cursos de Águas Internacionais para Fins Distintos da Navegação (Nova York, 21.5.1997)</i>	155
4.39	<i>Protocolo de Kioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Kioto, 11.12.1997)</i>	157
4.40	<i>Convenção sobre o Acesso à Informação, a Participação do Público no Processo Decisório e o Acesso à Justiça em Matéria de Meio Ambiente (Aarhus, 25.6.1998)</i>	159
4.40.1	<i>Preâmbulo da Convenção</i>	159
4.40.2	<i>Acesso à informação (art. 4 da Convenção)</i>	160
4.40.3	<i>Coleta e difusão das informações sobre meio ambiente (art. 5 da Convenção)</i>	164
4.41	<i>Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas</i>	

<i>Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos (Roterdã 11.9.1998)</i>	167
4.42 <i>Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica (Montreal, 29.1.2000)</i>	168
4.43 <i>Convenção sobre a Conservação e Gestão dos Recursos Pesqueiros no Sudeste do Oceano Atlântico (Windhoek, 20.4.2001)</i>	170
4.44 <i>Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (Estocolmo, 22.5.2001)</i>	170
4.45 <i>Acordo sobre a Conservação dos Albatrozes e dos Petréis (Cambera, 19.6.2001)</i>	171
4.46 <i>Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (Paris, 6.11.2001)</i>	
4.46.1 <i>Introdução</i>	173
4.46.2 <i>Conceito de “patrimônio cultural subaquático”</i>	174
4.46.3 <i>A informação na Convenção</i>	174
4.47 <i>Protocolo à Convenção sobre Avaliação de Impacto Ambiental em um Contexto Transfronteiriço Relativo à Avaliação Estratégica Ambiental (Kiev, 21.5.2003)</i>	175
4.48 <i>Convenção-Quadro sobre a Proteção e o Desenvolvimento dos Cárpatos (Kiev, 25.5.2003)</i>	176
4.49 <i>Conferência Africana sobre Recursos Naturais, Meio Ambiente e Desenvolvimento (Maputo, 11.7.2003)</i>	177
4.50 <i>Convenção para a Proteção do Meio Ambiente Marinho do Mar Cáspio (Teerã/Irã, 5.11.2003)</i>	179
4.51 <i>Convenção de Minamata sobre Mercúrio (Kumamoto/Japão, 10.10.2013)</i>	179

<p style="text-align: center;">Capítulo 5 – Direito à Informação Ambiental na Legislação Brasileira</p>
--

5.1 Direito à informação ambiental na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente

<i>5.1.1 Influência da Declaração de Estocolmo e breve histórico da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente</i>	184
<i>5.1.2 Pontos fundamentais da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente</i>	185
<i>5.1.3 A informação na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente</i>	186
<i>5.1.3.1 Direito à informação concernente às análises ambientais</i>	186
<i>5.1.3.2 Dever de publicar e licenciamento ambiental na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente</i>	188
<i>5.1.3.3 A informação como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente</i>	190
<i>5.1.3.4 A responsabilidade civil sem culpa e a não informação ou a informação deficiente na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente e na Constituição Federal</i>	191
5.2 Direito à informação ambiental na Lei da Ação Civil Pública	
<i>5.2.1 A ação civil pública</i>	193
<i>5.2.2 A informação voluntária e o Ministério Público</i>	194
<i>5.2.3 A informação requisitada e o Ministério Público</i>	194
5.3 Direito à informação ambiental na Constituição Federal: o Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a educação ambiental e a conscientização pública	
<i>5.3.1 O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e a informação ..</i>	196
<i>5.3.2 A educação ambiental na Constituição Federal</i>	198
<i>5.3.3 A conscientização pública para a preservação do meio ambiente, os meios de comunicação e a Constituição Federal</i>	199
5.4 Direito à informação ambiental nas Constituições dos Estados Brasileiros	200
5.5 Lei 7.802, de 11.7.1989. O registro de agrotóxicos e a informação	202

5.6 Lei 8.078, de 11.9.1990 (Código do Consumidor), e a informação

5.6.1 Introdução	203
5.6.2 Direito do consumidor à informação	204
5.6.3 Publicidade e dever de informar	206
5.6.4 Infração penal na omissão de dizeres ou sinais	207
5.6.5 Responsabilidade civil objetiva por informação insuficiente e inadequada	207

5.7 Política Nacional de Recursos Hídricos, a Agência Nacional de Recursos Hídricos e informação

5.7.1 Introdução	208
5.7.2 Princípios básicos do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	209
5.7.3 Objetivos do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos	210
5.7.4 A Agência Nacional de Águas (ANA) e a informação	210
5.8 O Estatuto da Cidade e a informação – Lei 10.257, de 10.7.2001	211

5.9 Informação ambiental na Lei 10.650, de 16.4.2003

5.9.1 Introdução	212
5.9.2 Informações existentes e órgãos públicos que devem fornecer a informação ambiental	212
5.9.3 Acesso público e fornecimento de informações	214
5.9.3.1 Acesso público	214
5.9.3.2 Fornecimento de informações	215
5.9.4 Quem pode ter acesso às informações ambientais	217
5.9.5 Matérias protegidas por sigilo	219
5.9.6 A Administração Pública e a prestação de informações pelas entidades privadas	219
5.9.7 Indeferimento de pedido de informações ou de consulta a documentos	220
5.9.8 Publicação no Diário Oficial	220

5.9.9 Pagamento do fornecimento de informações. A informação não é mercadoria	221
5.10 Lei 11.105, de 24.3.2005. Biossegurança e informação	
5.10.1 Introdução	222
5.10.2 Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS)	223
5.10.3 Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e informação	223
5.10.4 Sistema de Informações em Biossegurança (SIB)	224

Capítulo 6 – Os Limites à Informação e o Meio Ambiente

6.1 Os limites ao direito de informação na Constituição Federal	
6.1.1 O art. 5º, X, da CF e o direito à intimidade e à vida privada	227
6.1.2 O art. 5º, XII, da CF: a informação e o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	231
6.1.3 O art. 5º, XXXIII, da CF: a informação e a segurança da sociedade e do Estado	233
6.1.4 O art. 5º, XXIX, da CF e a propriedade intelectual	234
6.2 Limites à informação no Acordo dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPICs)	235
6.2.1 Art. 39, parágrafo 1, do Acordo dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPICs)	236
6.2.2 Art. 39, parágrafo 2, do Acordo dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPICs)	237
6.2.3 Art. 39, parágrafo 3, do Acordo dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPICs) e a informação dos órgãos públicos	239
6.3 Legislação brasileira infraconstitucional, segredo e meio ambiente	240

6.3.1	<i>Lei 9.279, de 14.5.1996, sobre direitos da propriedade industrial, e informação</i>	240
6.3.2	<i>Lei 10.603, de 17.12.2002, e a informação não divulgada</i>	
6.3.2.1	<i>Introdução</i>	243
6.3.2.2	<i>Caracterização de “informação não divulgada” ..</i>	244
6.3.2.3	<i>O comportamento das “autoridades competentes”, a confidencialidade e a informação ao público ...</i>	245
6.3.2.4	<i>Prazo da confidencialidade das informações do procedimento e plena liberação das informações</i>	246
6.3.3	<i>A Lei 12.527, de 18.11.2011, sobre “segredo de Estado”, e informação</i>	248
6.3.3.1	<i>Classificação do sigilo</i>	249
6.3.3.2	<i>Controle judicial do sigilo administrativo</i>	252
6.3.3.3	<i>A organização da Administração Pública e a imposição do sigilo</i>	253

<p>Capítulo 7 – A Interpretação do Direito à Informação Ambiental e do Direito ao Segredo: Interesse Social e Interesse Empresarial</p>
--

7.1	<i>A interpretação e o meio ambiente</i>	255
7.2	<i>A função social da empresa e o desenvolvimento sustentado ..</i>	256
7.3	<i>Os tribunais e os critérios axiológicos: interesse coletivo e interesse privado</i>	259
7.4	<i>A Constituição Federal e a interpretação frente às possíveis antinomias entre a informação e o segredo</i>	260
	<i>Conclusões</i>	263
	<i>Bibliografia</i>	271
	<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	287